



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº01/2017

----- Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Carlos Alberto Nazaré Almeida, e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou as ausências da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo por motivo de doença e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara começou por desejar a todos os Riomaiorenses um feliz ano de 2017. -----

----- De seguida propôs um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares, que leu (Anexo 1), propôs ainda que após a sua votação fosse guardado um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir que o Dr. Mário Soares ao longo dos seus noventa e dois anos teve uma variada vida. Recordou que na década de quarenta o Dr. Mário Soares também passou pelas fileiras do PCP. -----

----- Referiu também que, independentemente das divergências que se vieram a colocar mais tarde, os comunistas têm para com o Dr. Mário Soares, a gratidão de, em plena ditadura fascista, ter assumido, contra tudo e contra todos, a defesa em Tribunais Plenários, de muitos dos seus camaradas, que lutaram pela liberdade. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 13 DE JANEIRO DE 2017

----- Referiu ainda que a democracia representa tolerância e não iria “puxar para cima” as divergências, mas sim guardar a memória de um homem que à sua maneira deu um contributo para que se possa viver em liberdade. -----

----- Finalizou a sua intervenção endossando à família de sangue do Drº Mário Soares e ao PS de que foi fundador, sentidos pêsames e votos que esse espírito antifascista de Mário Soares perdure e que nunca mais se volte a ter fascismo em Portugal. -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção agradecendo à Senhora Presidente por ter apresentado por sua iniciativa esta proposta de Voto de Pesar, referindo estar reconhecido e grato por o ter feito, porque se não o tivesse feito ele próprio tomaria a iniciativa de o propor.

----- Entende que sobre Mário Soares já muito foi dito, uma figura controversa, mas um exemplo para todos. Referiu também que se revê nas posições e em tudo que foi dito pelo Senhor Presidente da República nas cerimónias fúnebres, pelo Senhor Primeiro Ministro e também por tudo o que foi dito pela Senhora Presidente, e que consta no voto de pesar. Rio Maior tem uma ligação muito grande ao Dr. Mário Soares. Teve-o de facto no período antes do 25 de Abril, e no período após o 25 de abril, não só na luta política, mas também no concretizar de muitas obras em Rio Maior. Recordou que tivera o privilégio de ser seu mandatário concelhio no seu terminante combate político quando foi pela última vez candidato a Presidente da República. Perdeu esse combate, mas mesmo assim, mais tarde, apesar das dificuldades que ele pôs, recordou que esteve em Rio Maior nas cerimónias da atribuição do seu nome a uma das principais artérias da cidade, Avenida Mário Soares. Ficou para todos a sua luta pela liberdade, pela democracia e ao mesmo tempo pelos valores da tolerância, formulando o desejo que estes valores imperem, mas que ninguém se acomode, pois, um dos exemplos que se pode retirar de Mário Soares é que este nunca foi um homem acomodado. A Democracia e a Liberdade nunca serão um valor puramente adquirido são valores que se vão praticando e concretizando em todas as ações e em todos os atos “Que não se deixe passar isso do nosso horizonte”. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes, seguido de um minuto de silêncio em memória de Mário Alberto Nobre Lopes Soares. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 22/2016, referente à reunião

ordinária de vinte e um de novembro. -----
----- Aprovada a ata nº 22/2016, por **unanimidade** dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 23/2016, referente à reunião extraordinária de trinta de novembro. -----

----- Aprovada a ata nº 23/2016, por **unanimidade** dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quinhentos e quarenta e um mil, cento e setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CASA SENHORIAL – BALANÇO.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes, desejando um bom ano de 2017 com muita saúde. -----

----- Iniciou a sua intervenção congratulando-se com as obras que estão a decorrer em Asseiceira. -----

----- De seguida aludiu ao quadro em que se vai desenvolver e desenrolar o final do ano letivo para os alunos, referindo não haver o mínimo de condições em termos de espaço quer para as pessoas quer para os materiais, e que se deve encontrar uma solução para os próximos meses. Informou que por respeito democrático não foi visitar as instalações, mas frisou haver necessidade de uma maior de atenção relativamente às crianças. -----

----- De seguida informou sobre a monitorização das obras do IC2, que ainda não se viu nada de especial referindo que do ponto de vista institucional não confirmaram ao PCP, o que o Vice-Presidente referido, “não o fizeram o Governo através da Assembleia da República”. Mencionou ainda que se viram comentários nas redes sociais sobre coisas que não deviam ser assim, deveria ser a instituição Câmara a receber formalmente e por escrito e, questionar se já receberam ou não essas informações pelas entidades democraticamente eleitas. Considerou que se assim não

foi irão tomar posições de maior exigência e rigor, porque a situação piorou este inverno, como se pode constatar na Freguesia de Asseiceira. -----

----- Relativamente às salinas referiu que se tem assistido a uma tentativa de valorização. Mas que enquanto executivo se deve tentar sempre trazer a ciência e a prática do pormenor, sendo isso o que vai distinguir a visita ou a não mais visita, fazendo isto com algum acautelamento. -----

----- Mencionou que os Mupis diziam que só existiam Presépios de Sal até dia 23, mas que felizmente as dinâmicas permitiram que ainda ontem lá tivesse passado. Neste sentido deixou duas notas. Na primeira referiu a elevada qualidade dos proprietários na qualificação dos presépios. Na segunda apontou para as condições em que se está neste momento a atender pessoas, deixando um grande abraço de congratulação pela disponibilidade dos funcionários desta autarquia porque têm sido incedíveis. Achando, no entanto, ser necessário encontrar uma solução alternativa às ausências de parque para os autocarros e de casas de banho. Mencionou que o esforço que a autarquia tem feito desde o Plano Pormenor até ao atual quadro, não pode permitir que por duas ou três coisas menos valiosas traga uma imagem que não corresponde ao objetivo estratégico do nosso concelho. -----

----- Manifestou o seu descontentamento com o que viu na Praça da República por altura do Natal, lembrando que a Praça da República é o lugar mais nobre da nossa cidade e que Rio Maior merece mais. -----

----- Questionou os custos com a remoção das passadeiras, afirmando que não eram as passadeiras de pedra que criavam os acidentes, sugerindo a remoção dos lancis das passadeiras, visto que apesar de algumas terem sido retiradas e, colocado alcatrão o peão continua a pensar que ainda existe a passadeira, visto que o lancil continua rebaixado. -----

----- Sugeriu também que se encontre uma solução de sinalização ou de prevenção evitando assim que a Autarquia tenha de assumir os custos de acidentes daí decorrentes. Opinou que parte dos acidentes que ali se verificam, para além da questão cívica estão relacionados com a ausência de luminosidade da sinalização. ----

----- Terminou questionando se é possível sinalizar as passadeiras, não sendo necessário “olhos de gato”, mas refletores, e que, a sinalização vertical existente junto das passadeiras, passe a ser luminosa, de acordo com o que a lei sugere. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir que irá fazer uma intervenção muito curta devido à vasta agenda, mas a sua intervenção engloba duas sugestões e duas chamadas de atenção. Na primeira chamada de atenção referiu o que aconteceu na Praça da

República por altura do Natal. Subscreveu que de facto não teve a dignidade que, possivelmente a Câmara Municipal esperava, dado que o local que é o mais nobre da cidade, e não teve dignidade para a quadra festiva do Natal e duvidou que do ponto de vista dos objetivos da promoção comercial também trouxesse alguns benefícios. Pediu que de futuro a Câmara não se limite a delegar por completo a imagem da cidade na Associação Comercial e Industrial de Rio Maior, porque isso tem de ser um privilégio e um exclusivo da Câmara Municipal de Rio Maior, podendo ser apoiada por outras entidades. -----

----- Relembrou que será sempre a Câmara Municipal a responder pelo que correr bem e pelo que correr mal e em sua opinião não correu bem. -----

----- A segunda chamada de atenção é relativa aos com os Presépios de Sal e tudo o que se passou nas Salinas, teve em seu entender uma imagem e uma propaganda que não correspondeu efetivamente àquilo que as pessoas esperavam. Opinou que as pessoas que não conhecem a situação e que se deslocaram devido a toda a propaganda passaram muito tempo dentro dos seus carros, dado a falta de estacionamento. e com problemas de circulação. Mencionou que os eventos a realizar nas Salinas devem ser repensados nas suas consequências com a publicidade que é feita, para que se evite problemas e para que os visitantes levem de Rio Maior a melhor imagem. Aconselhou que se repense bem estes eventos para tentar encontrar soluções, e assim prever constrangimentos de futuro. -----

----- Seguidamente reportou-se ao IC2 e referiu que sabendo que o Executivo, essencialmente a Senhora Presidente, tem tido contactos com o Governo sobre esta matéria questionou qual o ponto da situação do IC2 e também o ponto da situação da requalificação da EN114 na ligação à A15 dado tratar-se de uma obra que há muitos anos os Riomaiorenses ambicionam, e com protocolos já estabelecidos entre o Governo e a Câmara Municipal de Rio Maior. Disse ainda ter conhecimento que a Senhora Presidente sensibilizou os membros Governo para a assunção desses compromissos que foram estabelecidos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes desejando um feliz ano. -----

----- Começou a intervenção reportando-se ao falecimento de Mário Soares, referindo que foi uma pessoa que sempre respeitou pela sua capacidade de diálogo, de tolerância, um grande democrata e um defensor da liberdade. De seguida relatou uma pequena história pessoal passada quando o Dr. Mário Soares apresentou o seu livro no “Museu da Eletricidade” nos anos noventa, em que ao autografar-lhe o livro, endereçou cumprimentos a um habitante de Rio Maior, que teria conhecido em Inglaterra. Opinando que isso, refletia a enorme capacidade de saber ser e saber estar

no seu relacionamento com todos ao longo da vida. Terminou desejando que, onde quer que “Ele” esteja, que esteja bem. -----

----- Seguidamente respondeu às questões colocadas, considerando que há alguma deturpação da informação. -----

----- Relativamente à Escola da Asseiceira referiu que o concurso público se realizou e ficou deserto, depois abriu-se um novo concurso por ajuste direto, de acordo com a lei, e voltou a ficar deserto, processo que terá de se repetir visto que, a verba disponível para o que estava previsto não era suficiente. Sendo esta razão para as obras ainda não terem começado. Referiu que a obra irá começar depois da tramitação legal do concurso público. -----

----- Informou que a Senhora Vereadora Ana Figueiredo tivera o cuidado de falar com os representantes eleitos localmente no sentido de arranjar alternativas para os alunos, estando tudo a ser devidamente tratado e salvaguardado. -----

----- Relativamente ao Nó do IC2, esclareceu que lhe fora transmitido pelos responsáveis das Infraestruturas de Portugal que até ao final do mês de janeiro o Nó seria reaberto ao trânsito. -----

----- Quanto às Salinas referiu que o prazo nos cartazes foi aquele que na altura, por consenso se decidira, no entanto, dado a quantidade de pedidos agendados para visita dos Presépios de Sal, esse prazo foi prorrogado, e foi dado conhecimento à Câmara na última reunião. -----

----- Relativamente a opções de estacionamento referiu que apesar de não existirem aquelas que todos gostariam, elas existem a cerca de quinhentos metros. Referiu também, que a previsão para conclusão do Plano de Pormenor será no final de fevereiro, o qual prevê a construção de parques de estacionamento, e casas de banho com maior dignidade. Frisou que, apesar de tudo, o importante é realçar o número de pessoas que passaram pelo Concelho, o que dignificou o nome de Rio Maior e das “nossas Salinas”. -----

----- Sobre as tendas que estiveram na Praça da República, no mercado de Natal, referiu que o que lhe fora transmitido, é que seriam casas em madeira numa cor castanha, o que não se verificou. Lamentou a situação e afirmou que não pode ser esquecido as contingências da oferta e da procura. -----

----- Relativamente às passadeiras informou que tiveram um custo de cerca de sessenta mil euros, lamentando os acidentes, situação que na sua opinião passa acima de tudo pelo civismo quer dos condutores quer dos piões. Sobre as passadeiras que foram retiradas referiu que foi aprovado por unanimidade em reunião da Comissão de Trânsito, que as mesmas fossem retiradas. -----

----- Referiu que já não existe sinalética a dizer que há passadeiras onde estas já não existem, e as restantes estão devidamente sinalizadas de acordo com a lei. Quanto à sua iluminação, referiu que os “olhos de gato” é uma situação a ponderar, mas compete também à Comissão de Trânsito pronunciar-se. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que também manifestara algum desagrado em relação à Praça da República e a maneira como foi decorada e projetada na quadra do Natal. -----

----- Considerou que em termos de imagem não foi bom, havendo que apurar responsabilidades face ao caderno de encargos existente e o que foi colocado e apresentado. -----

----- Sobre a questão do IC2 tal como já fora referido pelo Senhor Vice-Presidente, disse existir um compromisso, situação já devidamente explicada em anteriores Reuniões de Câmara. Disse ainda existir total disponibilidade do responsável distrital, Engenheiro Alcino para estar presente na próxima Assembleia Municipal para dar uma explicação sobre o que está a ser feito e sobre outros assuntos que também lhe foram colocados. -----

----- Relativamente à questão sobre a EN 114 que o Vereador Carlos Nazaré colocou, disse que, em seu entender, se conseguira sensibilizar a Secretaria de Estado e as Infraestruturas de Portugal para a prioridade, e urgência, de avançar com o compromisso existente principalmente com a requalificação daquele troço da EN114. -----

----- Referiu que existe já uma reunião agendada onde será definido, quem é o dono da obra, se as Infraestruturas de Portugal, ou a Câmara Municipal. -----

----- Sobre a questão das obras na escola da Asseiceira referiu também ter sido contactada por pessoas da Asseiceira, salientando a preocupação não só da Câmara Municipal, mas igualmente de toda a comunidade escolar e para encontrar as melhores soluções principalmente de segurança e de conforto para as crianças. Também no âmbito das refeições escolares estão a ser encontradas soluções. -----

----- Quanto à questão da valorização das Salinas e dos Presépios de Sal referiu que também fica preocupada se existem as melhores condições para receber todos aqueles que os visitaram, salientando no entanto todo o trabalho desenvolvido por quem está nas Salinas, para que tudo corra da melhor forma. -----

----- De seguida e em relação à situação financeira do Município, informou que em dois mil e dezasseis o endividamento global do Município de Rio Maior teve uma redução de cerca de vinte e sete por cento, segundo os primeiros dados disponíveis relativos à execução orçamental do ano agora findo, passando de cerca de dezasseis

milhões trezentos e noventa e três mil, novecentos e oito euros e oitenta e sete cêntimos para doze milhões, dois mil novecentos e sessenta e dois euros e oitenta e três cêntimos, no final do ano. -----

----- Estes números representam um decréscimo de quatro milhões trezentos e noventa mil novecentos e quarenta e seis euros e quatro cêntimos na dívida global, em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis. Face aos valores verificados em dois mil e quinze, representando agora a dívida de médio e longo prazo, cerca de noventa e três por cento do volume total de dívida, sendo a quase totalidade deste valor formado por responsabilidades contraídas antes de dois mil e nove, com exceção do valor de quinhentos e um mil seiscentos e noventa e seis euros e quarenta e cinco cêntimos correspondente ao Fundo de Apoio Municipal, para o qual Rio Maior contribuiu por obrigação legal, e apesar de ser um encargo, é contabilizado como dívida. -----

----- Continuou a intervenção dando conhecimento de uma ficha provisória da DGAL do quarto trimestre de dois mil e dezasseis, ainda provisória, porque ainda não inclui as taxas de execução efetivas, que estima estar nos oitenta e cinco por cento, estando o prazo médio de pagamento a fornecedores nos quarenta e cinco dias. -----

----- Referiu ainda que o Município de Rio Maior reduziu a sua dívida de curto prazo a fornecedores e outras entidades, em dois milhões trezentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos para oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos, e a dívida de médio e longo prazo a entidades bancárias em dois milhões sessenta e três mil quatrocentos e um euros e sessenta e seis cêntimos ou seja, para onze milhões cento e quarenta mil quinhentos e cinquenta e oito euros e um cêntimo. -----

----- Congratulou-se com todo o esforço realizado pelos diversos sectores da autarquia para atingir estes resultados ainda provisórios, mas que prenunciam uma Prestação de Contas bastante positiva do ano de 2016, a submeter atempadamente aos órgãos Câmara e Assembleia Municipal para deliberação e avaliação. Terminou a intervenção sobre este assunto, referindo que as autarquias estavam obrigadas à redução da dívida e a limites de endividamento, mas reconheceu que todos os sectores da autarquia contribuíram para que assim fosse, sem deixar de fazer investimentos e, sem deixar de acautelar as verbas necessárias em termos do novo quadro comunitário. -----

----- Referiu ainda, que em termos de PEDU as obras estão concluídas, nomeadamente a requalificação da Casa Senhorial. Relembrou que estão a avançar com a requalificação do antigo Salão dos Bombeiros, da Biblioteca e que com fundos próprios, está a fazer-se a melhoria das acessibilidades e da rede viária. Frisou que

era necessário arrumar a casa em termos financeiros, para se puder ter disponibilidade para fazer o que efetivamente é necessário e urgente para dar qualidade de vida aos nossos Municípios. Opinou que, muitas vezes quem vive na cidade não se apercebe de todo o trabalho que também está a ser realizado nas freguesias, e que irá continuar a ser realizado. Afirmou que apesar de levar sempre com a máxima “Estamos em ano de eleições”, o trabalho é para ser feito considerando que o mandato termina apenas quando assim for determinado por novas eleições autárquicas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu à Senhora Presidente as informações prestadas. -----

Sobre a utilização das lojas desocupadas, defendeu o modelo do ano passado, porque cria um “*continuum*” no comércio e na malha da rede de lojas para quem nos visita, porque é uma atividade sazonal que se for essencialmente dedicado ao artesanato, às associações e às IPSS faz inserção da atividade social na atividade comercial e, porque também do ponto de vista dessas lojas é um espaço de oportunidade para se afirmarem como espaço de negócio. Afirmou também que passando essa fase sazonal as lojas podem vir a ser reocupadas e a malha comercial quanto mais tiver ocupada e em continuum mais viável é, e mais resulta em termos de conjunto. Em sua opinião a Câmara deve defender esta teoria, deve acompanhá-la e deixar para o espaço público tudo aquilo que sejam atividades de outra natureza, nomeadamente atividades culturais, recreativas ou outras que possam ocorrer na rua e se possível alusivas à quadra. -----

----- Reportando-se à informação que a Senhora Presidente deu sobre a atividade financeira da Câmara referiu que se comprova que a dívida da Câmara foi sempre sustentável. Não retirando o mérito da boa gestão, em sua opinião, a Câmara tem estas condições financeiras, por imperativos nacionais e, porque detinha já uma rede de equipamentos. como bibliotecas e escolas, porque houve investimentos que foram feitos noutra tempo, e que ainda se estão a pagar, mas que possibilitaram isto. Mencionou que, se efetivamente a Câmara tiver capacidade de investir e se tiver essa necessidade, obviamente após avaliação desse investimento, não deve deixar de o fazer por ser ano de eleições. Opinou que os Riomaiorenses precisam de investimento e que existem situações estruturantes em que é preciso a Câmara fazer um esforço. O investimento desde que sustentado deve sempre ser feito e os Fundos Comunitários têm de ser aproveitados quando se tem oportunidade de apresentar as candidaturas, sendo oportunidades que não se devem perder. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 3 DO ARTIGO 35º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº 83/2016 DE 29 DE DEZEMBRO – ZONA INDUSTRIAL – DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE OS LOTES 211 A 215 E 252 A 256 PERTENCENTES À EMPRESA “SOCIVAL – COMÉRCIO E INDUSTRIA ALIMENTAR, LDA”** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho nº 83/2016, exarado pela Sra. Presidente da Câmara, no dia 29 de dezembro, ao abrigo do nº 3, do artigo 35.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou prescindir do direito de preferência sobre os lotes 211 a 215 e 252 a 256, sítios na Zona Industrial, atualmente propriedade da empresa “SOCIVAL - Comércio e Industria Alimentar, Lda.”, a favor do Banco Millennium BCP, para efeitos da escritura hipotecária a realizar, destinada à construção de unidade fabril nos referidos lotes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO Nº 1/2017 DE 05 DE JANEIRO – AUMENTO TEMPORÁRIO FUNDOS DISPONÍVEIS.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho Nº 1/2017, exarado pela Presidente da Câmara a 06 de janeiro, ao abrigo do Nº 3 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar que os fundos disponíveis sejam acrescidos do seguinte montante: € 580.966,15 (quinhentos e oitenta mil, novecentos e sessenta e seis euros e quinze cêntimos), referente ao saldo em dinheiro, transitado da execução orçamental da gerência finda. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto II – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017 - APROVISIONAMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição do fundo de maneiio para 2017 no valor mensal de 500€ (quinhentos euros), sendo sua titular a Técnica de Informática Maria José Valentim, substituída nas suas faltas e impedimentos pela Técnica Superior Drª Rute Lucas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017 – BIBLIOTECA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição de um fundo de maneiio no valor de 125,00€, para a Biblioteca Municipal destinado a materiais e despesas correntes com atividades ao longo do ano, tendo como titular a Coordenadora Técnica, Cidália Rosa, e nas suas faltas e impedimentos o Técnico Superior David Ferreira, nos termos da informação supracitada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto IV – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017 - CPCJ** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição de fundo de maneiio para 2017, no valor mensal de **102,00 €** (cento e dois euros), na Unidade Financeira e de Ação Social, sendo os seus titulares respetivamente: – Dr^a Catarina Alexandre Lopes Gomes, substituída nas suas faltas e impedimentos pela – Dra. Ana Goucha Natálio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto V – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017 - GAP** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição de fundo de maneiio para **2017**, no valor mensal de **500,00 €** (quinhentos euros), para o **Gabinete de Apoio Presidência**, tendo como titular a Secretária **Ana Almeida**, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Chefe de Gabinete, **João Rebocho**. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VI – RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA E PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES, EM NOME DE ANTÓNIO FILIPE CONCEIÇÃO FIGUEIREDO – PROCESSAMENTO DE OUTUBRO/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o pagamento relativo ao processamento do mês de outubro/2016, no valor de 478,67 €, em 5 prestações, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VII – ANULAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, EM NOME DE GINA MARIA DE JESUS CALÇADO ALMEIDA MORAIS – PROCESSAMENTO DE JULHO E AGOSTO/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a anulação do processo de execução fiscal, relativo aos processamentos de Julho e Agosto/2016, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros e custas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto VIII – ANULAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, EM NOME DE JOSÉ LUÍS CONCEIÇÃO SILVA – PROCESSAMENTO DE AGOSTO E SETEMBRO/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a anulação do processo de execução fiscal, relativo aos processamentos de Agosto e Setembro/2016, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros e custas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto IX – CERTIFICAR VIABILIDADE PARA EFEITOS DO Nº3 DO ARTº 37º CIMI – ASSENTIZ - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ EM NOME DE MARIA LUCINDA CORREIA PIÃO – PROCESSO Nº 183/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que para o prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo: 665 da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, existe viabilidade construtiva, nos termos propostos na informação e parecer emitidos.-

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto X – CERTIFICAR VIABILIDADE PARA EFEITOS DO Nº3 DO ARTº 37º CIMI –**

ANTEPORTA - FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES-SOCIEDADE DE SOLICITADORES, RL – PROCESSO Nº 199/2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que para o prédio sito no Casal do Sousa, em Anteporta, inscrito na matriz urbana sob o artigo 11613, existe viabilidade construtiva, nos termos propostos na informação e parecer emitidos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Ponto XI - CERTIFICAR VIABILIDADE PARA EFEITOS DO Nº3 DO ARTº 37º CIMI – BARRADAS - FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE JOSÉ JACINTO COLAÇO - PROCESSO Nº 209/2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que para o Lote de Terreno sito em Barradas, inscrito na matriz urbana sob o artigo 7550, da freguesia de Rio Maior, existe viabilidade construtiva, nos termos propostos no parecer emitido. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Ponto XII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM CHARNECA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE MARCELINA DAS NEVES RIBEIRO RANHOLA SANTO – PROCESSO Nº 211/2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Charneca, da União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscrito na matriz sob o artigo 4 da Secção 1D, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Ponto XIII – LICENCIAMENTO PARA RENOVAÇÃO E REMODELAÇÃO DO ALVARÁ – ARROUQUELAS – FREGUESIA DE ARROUQUELAS EM NOME DE ALVES BANDEIRA & Cª SA – PROCESSO Nº 4/2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e pareceres emitidos, aprovar a renovação da licença de exploração em conformidade com o D.L. nº 267/2002, de 26/11, na sua atual redação, deve a requerente solicitar a emissão do alvará de construção no prazo de 30 dias nos termos do disposto no nº 3 do artigo 19 do RMUE. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto XIV – MEDIÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO – LAVANDARIA SELF-SERVICE, LDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Relatório de Ensaio Acústico recebido a 19.12.2016 e ao parecer emitido pelos Chefes da UUPOTEP e do GJCP a 03.01.2017, adotar a medida cautelar de suspensão da atividade, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), de forma a evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado da atividade ruidosa. -----

----- Mais deliberar, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 27.º do RGR, proceder à audiência do interessado, concedendo-lhe para o efeito um prazo de cinco dias úteis para se pronunciar. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca deste assunto disse esperar ser a última vez que vem a Reunião de Câmara, porque o “day after” deste assunto pode ser complicado, e que o executivo está a tentar cumprir o que lhe é devido. Opinou que a empresa que tem o contrato com a CIMLT, relativamente à verificação das condições acústicas nestes espaços, deu uma categórica condenação aos valores apresentados na anterior medição, colocando o problema para o motivo das empresas que sendo ambas acreditadas pela mesma entidade e para o mesmo problema apresentem valores tão diferenciados. Frisou, no entanto, que este não é um juízo que compete à Câmara. -----

----- Sugeriu que a outra parte não tivesse apenas cinco dias, mas oito dias para exercer o direito de defesa, evitando assim a possibilidade do executivo, vir a ser acusado de não ter dado tempo suficiente para as pessoas se defenderem. -----

----- Referiu a possibilidade de aparecer uma outra empresa a dizer que os valores apresentados não serem os certos. Considerou ser altura de colocar uma “redline” sobre este processo, porque se for agora interposta uma providência cautelar, e se for

contestado o valor e a credibilidade da empresa, pode nunca se encontrar uma solução. Opinou ser necessário para além da decisão de notificar, o executivo preparar uma linha de recuo, um plano B, para evitar o protelamento desta situação. --

----- Terminou referindo que esta situação vai acabar por deixar de ser um problema estritamente de fiscalização da parte do Município para um outro tipo de problema. ----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou a sua intervenção começando por considerar este processo bem instruído não havendo linha de recuo para a posição que a Câmara tem de tomar. Trata-se de uma empresa de confiança da CIMLT que fez o estudo, devendo a Câmara crer na informação emitida de que, estão a ser ultrapassados os valores legais e que isso põe em causa a saúde. Opinou que nesse ponto a Câmara não tem outra hipótese senão fazer o que tem a fazer. -----

----- Referindo-se às dúvidas colocadas pelo colega Vereador Augusto Figueiredo disse que este assunto está ultrapassado, porque, a partir daqui a resolução desta matéria passa para os Tribunais. Opinou que algo diferente é a relação que a Câmara tem de manter com os empresários, pois trata-se de gente jovem de Rio Maior que quer investir e a quem deve ser dada uma oportunidade e na sua opinião há espaço para o negócio na cidade. -----

----- Recordou que em tempos chegou a ser equacionado e aprovado na Câmara a localização de um quiosque ou contentor num terreno sito na Rua José Pedro Inês Canadas, e referiu que este tipo de negócio no espaço público, com o devido licenciamento, e não traz impacto, do ponto de vista do investimento torna-se mais económico porque liberta a empresa de uma renda contínua, não há incómodo para os vizinhos, poderá funcionar em qualquer horário, obviamente cumprindo algumas formalidades mínimas, mas é um espaço e uma nova oportunidade. Solicitou que a Câmara ao tomar uma posição mostre também abertura e solidariedade para com aqueles que querem desempenhar uma atividade económica que é sempre importante para o concelho. Considerou também que essa atividade económica não pode pôr em causa a saúde pública, mas poderá funcionar noutra sítio e noutras condições. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que este assunto já há algum tempo extravasou que não está no âmbito das competências da Câmara Municipal, pois o que se verifica é um diferendo entre particulares e empresários. Frisou que acima de tudo se deve salvaguardar os interesses de ambas as partes, o que lhes competia enquanto eleitos. Demonstrou preocupação com as pessoas que moram por cima, devido aos prejuízos que têm sentido e continuam a sentir, mas também os jovens empresários devem ter direito à sobrevivência e daquilo que têm tido e da falta que faz. Opinou que terão que ser os

empresários, uma vez que as medições apontam para irregularidades e ilegalidades, a pensar em alternativas de localização e a Câmara não deve interferir, respeitando assim a livre iniciativa. Referiu também que as pessoas optaram por aquele local e que as coisas não têm corrido bem, mas devem ter liberdade total para se instalarem onde for possível. Opinou que não deve ser a Câmara a indicar o local onde se devem instalar, evitando assim que surjam reclamações, que argumentem que foi a Câmara que sugeriu essa futura localização. -----

----- Terminou referindo que este assunto terá de ser presente à próxima Reunião de Câmara, para decisão após a audiência prévia dos cinco dias úteis que constam. Disse ainda que será uma tomada de posição definitiva, devendo a partir daí ambas as partes resolver o assunto noutras instâncias. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o assunto terá de voltar novamente a reunião de Câmara. Em resposta à questão levantada pelo Vereador Augusto Figueiredo o único recurso seria haver um ensaio acústico conjunto, no entanto isso é algo que não está no âmbito das competências da Câmara Municipal. Ainda sobre esta matéria congratulou-se com as empresárias que se aventuraram a investir neste ramo de negócio e que tem sucesso. Reiterou que a Câmara Municipal e o seu executivo estão sempre disponíveis para conversar e apoiar qualquer empresário na resolução das questões existentes e na tentativa de encontrar as melhores soluções. -

----- Frisou ainda que, apesar de toda a situação tem algum impacto na comunidade, nada se sobrepõe ao cumprimento rigoroso da legislação em vigor. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra disse que relativamente à questão de contrapor os valores objetivos essa exceção já foi aberta e que do ponto de vista jurídico ainda há um outro patamar, que será pedir a impugnação desta decisão com base num direito que lhe é devido e na tal credibilidade do exercício conjunto. Disse ainda que não será a Câmara a pedir, porque a Câmara já foi além das suas competências. -----

----- Opinou que a Câmara se tornou o elemento facilitador para a solução do problema, começando pelo licenciamento e depois no exercício da verificação “in loco” destes problemas de saúde pública. -----

----- Afirmou que para si é pouco importante saber quais vão ser as tramitações posteriores, pois de facto as pessoas que moravam na casa continuam a ser perturbadas, tanto mais que na altura foi logo feita a contestação do método de medição realizada pela anterior empresa, o qual foi solicitado pela proprietária. -----

----- Referiu ainda que é sua convicção que a empresa vai continuar no local, mas provavelmente terá de investir nos revestimentos acústicos para cumprimento da lei ou

então criando um outro tipo de atendimento. Disse que naquelas instalações as exigências para a insonorização são maiores que o investimento feito inicialmente. -----

----- Afirmou que a questão principal é criar condições para que de facto o executivo não seja acusado de boicotar o desenvolvimento e crescimento económico, sendo necessário salvaguardar o executivo em todos os planos. -----

----- Por último, mencionou que este ponto vem à próxima reunião em função da contestação. Só depois disso é que esta decisão será definitiva. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **Ponto XV – AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO MOAGEM “MARIA CELESTE” EM RIO MAIOR NO ÂMBITO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, avocar a competência prevista na alínea g) do nº 1 do artº. 33º do Anexo I aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delegada na sua Presidente em reunião realizada no dia 21.10.2013, para, neste caso concreto, DELIBERAR: -----

----- Autorizar a aquisição dos prédios a seguir descritos que constituem o Edifício Moagem de “Maria Celeste”: -----

----- **Artigo matricial urbano Nº 12203** descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o Nº 9730; -----

----- **Artigo matricial urbano Nº 12204** descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o Nº 9746; -----

----- Todos da freguesia e concelho de Rio Maior, propriedade de Ana Maria Teodósio Frazão Teixeira, Francisco Manuel Batista Teodósio, João Carlos Teodósio Frazão Teixeira e Maria Clara Batista Teodósio Glória Fragoso. -----

----- **Artigo matricial rústico Nº 169 da secção AX** descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº. 2008; -----

----- **Artigo matricial urbano Nº 12205**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o Nº 2013 da mesma freguesia e concelho, propriedade dos acima referidos, excetuando o Sr. Francisco Manuel Batista Teodósio. -----

----- Esta aquisição é efetuada pelo valor de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) que se encontra devidamente cabimentado. -----

----- Para efeitos patrimoniais e de apresentação de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, o valor é distribuído da seguinte forma: -----

----- Artigo matricial urbano nº. 12203 da freguesia de Rio Maior – 61.820,00€ (sessenta e um mil e oitocentos e vinte euros); -----

----- Artigo matricial urbano nº. 12204 da freguesia de Rio Maior – 50.580,00€

(cinquenta mil quinhentos e oitenta euros); -----

----- Artigo matricial urbano nº. 12205 da freguesia de Rio Maior – 136.321,00€ (cento e trinta e seis mil trezentos e vinte e um euros); -----

----- Artigo matricial rústico nº. 169 da secção AX da freguesia de Rio Maior – 1.279,00€ (mil duzentos e setenta e nove euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse tratar-se de um assunto que está no âmbito das suas competências, mas que entendeu pela importância do mesmo e pela relevância que tem este património, que deveria o órgão Câmara avocar a si esta competência permitindo assim alguma discussão conjunta sobre esta matéria. -----

----- Lembrou que em tempos a Câmara já usou o direito de preferência para um destes artigos a quando da manifestação de intenção de alguém adquirir também este imóvel e os artigos que o compõem. A Câmara à época manifestou essa intenção já a pensar na requalificação da Zona Ribeirinha. Disse que após muita negociação e até com “algum conforto” de quem está a elaborar o estudo para a requalificação daquela zona, a expressão que utilizou com a aquisição do complexo da moagem foi: “a cereja em cima do bolo”. -----

----- Considerou a moagem um edifício emblemático e marcante da cidade pela localização onde se encontra, pela história e, pela traça que tem, daí a proposta apresentada para a sua aquisição, cujo este valor devidamente cabimentado e considerado no orçamento de dois mil e dezassete. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Considerou que é de uma importância estratégica relevante a aquisição deste imóvel visto que está numa zona importante, e numa das principais ruas da cidade, a antiga EN1, e que constitui também uma zona de acesso ao centro da cidade e que com a sua aquisição deixará de o ser. Também do ponto de vista estratégico, de referir que está inserido numa zona de interesse arqueológico e que vai ser objeto de plano especial e estudo relevante. Portanto do ponto de vista museológico, turístico e da própria “malha” da cidade é importantíssimo a sua aquisição, assim como do ponto de vista técnico também acha que estão suportados os valores. -----

----- Seguidamente opinou que estando no terceiro ano deste mandato têm dado provas, de uma forma geral, que estão aqui, não para defender interesses partidários, mas para defender os interesses da “nossa” Terra, no entanto lamentava que nestes aspetos tão importantes apenas tenha intervenção, quando o processo está já na fase de aquisição. Considerou que pela importância deste assunto, gostaria de o ter

acompanhado de outra forma, não formalmente em Reuniões de Câmara. Referiu que os Vereadores vêm às Reuniões de Câmara e são pagos para isso, por imperativo da lei, mas nunca se recusaram a participar nas reuniões ou nas consultas que o executivo solicitar. -----

----- Considerou ainda que, do ponto de vista tático do negócio não iam revelar alguma estratégia do negócio que pusesse em causa os interesses do Município. Disse que pessoalmente gostaria de ter acompanhado mais este assunto e que lhe ficou essa mágoa de efetivamente o executivo não funcionar neste aspeto como um todo. Relembrou que são sete, mas é de sua consideração que neste aspeto estão todos do mesmo lado independentemente, de algumas questões que os possam separar, mas no que é essencial têm dado provas de estarem unidos. Por último, frisou que apesar deste se congratulava por este passo ser dado considerando que ele é extramente importante para o Município de Rio Maior. -----

----- Terminou a sua intervenção congratulando-se também com o facto de a Senhora Presidente ter apresentado isto à Câmara, porque este assunto é, em sua opinião, dos assuntos que devem ter a dimensão do executivo no seu pleno. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que não tem nenhuma mágoa em relação à questão pessoal, porque isso é uma matriz que tem apontado o exercício desta maioria. -----

----- Disse que a CDU tem sistematicamente condenado este sentido presidencialista do exercício, referindo que a Presidente fez essa deferência democrática de dar a conhecer a proposta, mas a “lei” do PSD/CDS o que visa é “presidir” e de preferência que a “democracia seja sentada”, mas isso não depende deste executivo, é o que está na lei. -----

----- Referiu que é por isso que o grupo parlamentar coloca a hipótese de se alterar a lei do poder local, não só das finanças locais, mas de forma a que seja mais colegial, mais coletivo, mais abrangente até relativamente aos poderes da oposição. Fechou este parêntese, dizendo que é bom que se tenha conseguido chegar a acordo. Referiu que se pode discutir os duzentos e cinquenta mil euros se é muito ou se é pouco, evidentemente que o executivo e a maioria, tentou o mais baixo possível e os proprietários ou coproprietários o mais alto possível. -----

----- Congratulou-se em primeiro lugar que aquele espaço passe a ser público. Disse que é um património com história nos vários planos, e num concelho pobre em edificado histórico, se não forem tomadas medidas no curto e médio prazo de um plano de aquisição de alguns ainda existentes, patrimónios com uma arquitetura do ferro, corre-se o risco de quando se acordar, já não haver “moagens de pé” ou paralelos de pé. -----

----- Congratulou-se com a aquisição localizada num sítio nobre, ter espaço e “destino para marcar o destino de Rio Maior”, sendo essa, é o valor maior. Sendo este um valor de património edificado não podemos ficar apenas pela aquisição e pela conservação do edificado. -----

----- Referiu que existe hoje um património imaterial no concelho de Rio Maior que se está a esvaivar por entre os dedos como as areias sílicas. Disse que se está a perder dia a dia, minuto a minuto, património imaterial e até material e a prova disso é o vídeo da Câmara onde se tenta dar uma nota significativa sobre a importância cultural de Rio Maior e se esquece de falar da mais antiga revista de cinema publicada em Portugal a “Visor” e, depois a “Celuloide” segundo mais antigo “cine clube” que existiu em Portugal e, de todo um Património no cinema, “quer na máquina de Super 16, quer na Super 8”, quer ainda na documentação escrita de revistas que a proprietária ainda tem alguns exemplos. -----

----- Considerou que este é um bom exemplo esperando, que ele seja, o despoletar da sensibilização para a intervenção nos outros patrimónios, pois existem outros, que convinha preservar. -----

----- Terminou a intervenção questionando que futuro é que está destinado à moagem para além da sua aquisição e requalificação, dado que ainda não se conhece em definitivo o plano.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente a este assunto disse que o presidencialismo depende um pouco da lei, e que a Presidente da Câmara é um órgão com poderes perfeitamente definidos e portanto, é diferente dos Vereadores. Disse ainda que neste caso a Senhora Presidente provou o contrário, porque sendo um assunto que estaria na sua competência achou que, pela sua importância, deveria ser a Câmara a avocar e a discutir o assunto. -----

----- Referiu que desde que se iniciou o projeto de requalificação de toda a “zona ribeirinha” e até na apreciação pública sempre foi pela Senhora Presidente e até pelo Senhor Vice-Presidente apresentado a aquisição da moagem como fundamental para o projeto, embora a não aquisição não inviabiliza-se o projeto mas que seria a tal “cereja em cima do bolo”. Referiu ainda, que foi neste sentido que foram feitas as negociações, conseguindo-se chegar a um valor que é justo dentro dos valores de mercado e, que defende os interesses da Câmara Municipal e também é justo para os proprietários. Disse que neste sentido a comissão de avaliação deu o “conforto” porque também chegou a um valor desta ordem de grandeza, para se poder decidir tendo em conta que estão a defender o interesse público. -----

----- Considerou que este projeto engloba duas componentes, nomeadamente o projeto da zona ribeirinha, que vai criar uma nova âncora para o turismo e para o desenvolvimento de Rio Maior e ainda um espaço para os Riomaiorenses, usufruírem dada a requalificação que vai ser feita. -----

----- Quanto ao que se vai fazer na moagem, disse que não se deve cortar a imaginação a quem pensa nos assuntos, mas em sua opinião pode já englobar uma zona museológica, apoio à Vila Romana, e depois ainda haverá espaço para a tal imaginação e não queria dar ideias embora as possa ter, porque pode inibir a imaginação que ainda existir, até porque o projeto ainda está a ser desenvolvido. -----

----- Terminou a sua intervenção considerando que é um espaço que vai muito além da valorização de toda aquela zona e que vai ser a tal “cereja em cima do bolo”. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que nasceu a poucos metros da moagem e que ali passou muitas horas a brincar quando era miúdo e recordou toda a azafama ali existente na época, recordando também que o espaço em frente ao “Edifício Regalo” onde foi necessário retirar a calçada para que a subida ficasse mais suave para os animais não escorregarem e não caírem. -----

----- Opinou que a moagem sempre foi uma escola para todas as pessoas que lá iam independentemente de serem de Rio Maior ou não, porque devido à sua dimensão na época era uma empresa “topo de gama”. Realçou que no tempo do “Estado Novo”, depois dos equipamentos estarem todos montados foram retirados e foram destruídos à marreta, porque a moagem era um forte concorrente que dominava esta atividade no concelho. -----

----- Afirmou que o que referira está documentado, com fotografias onde se veem operários com marretas a destruírem parte dos equipamentos. Disse que isto é história, mas é história triste e que realça ainda mais a importância da aquisição da moagem pelo Município. -----

----- Referiu ainda que nos anos cinquenta, esteve previsto aquele espaço ter um gerador que iria produzir energia elétrica a partir da água, algo que posteriormente irá fazer parte do espólio, é intenção do executivo retratar a recuperação do projeto do gerador para além da existência de museus ou auditórios. -----

----- Referiu que todos estão de parabéns, o executivo, a Senhora Presidente e todos aqueles que se envolveram no processo. Concordou com o colega Lopes Cadoso, quando disse que vai ser criada uma nova centralidade em Rio Maior e lembrou que progressivamente, foi criada uma centralidade, na parte nova da cidade, nomeadamente a Avenida Paulo VI, o novo edifício da Câmara, e mais recentemente a Loja do Cidadão. Lembrou também a recuperação da Casa D’El Rei D. Miguel, a

recuperação da Vila Romana e depois será também a Zona Ribeirinha e assim Rio Maior deixa de estar “de costas para o rio”, lembrando que Rio Maior “nasceu a partir do rio”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu-se ao logotipo existente na fachada da moagem “MC”, que significava Maria Celeste, e a partir desta data pode significar Câmara Municipal. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra realçou a afetividade como elemento estruturante no futuro do concelho de Rio Maior. Recordou as origens da comunidade atual e que a cidade foi um centro de passagem sendo prova disso o número de albergarias que existiam. Também foi uma zona de receção de emigrantes. Relevou a importância dos afetos no desenvolvimento do espaço público e da partilha do território como elemento estruturante. Considerou que a importância destes espaços de devolução dos afetos, tem que ser vistos na análise política e no desenvolvimento local. Referiu que se está a trabalhar muito sobre a importância do espaço público no desenvolvimento da cidade e, este aspeto é extremamente relevante, permitindo que as pessoas partilhem esse espaço para construírem afetos e conseguirem outros desenvolvimentos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que se deve acrescentar “história à nossa história” e assim fazer história, considerando que tudo o que se quiser promover, ou vender, se tiver passado histórico tem outro valor.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Recordou tratar-se de um espaço emblemático para a cidade e com grande valor afetivo para todos os Riomaiorenses que a moagem antes de entrar em decadência sempre teve duas particularidades que a distinguiam, nomeadamente o lavadouro onde dezenas de Riomaiorenses se deslocaram para lavar a roupa e também nos anos sessenta em que Rio Maior era um grande produtor de azeitona e na altura da colheita dezenas de pessoas muitas da Nazaré e Valado de Frades se deslocavam para trabalhar nessa área e ficavam instalados na moagem. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Reforçou as palavras do Vice-Presidente e recordou todo o encanto daquele local, com o rio a passar por dentro do edifício. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto XVI – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A CIMLT - SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal, que autorize a celebração do Contrato Interadministrativo com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), através do qual delega nesta entidade intermunicipal as competências atribuídas à Câmara Municipal relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros, conforme minuta em anexo à presente. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a autoridade dos transportes competentes dos serviços públicos municipais é a Câmara Municipal, e que se está a assistir, também com o Governo minoritário do PS, a uma desresponsabilização do Estado face aos transportes públicos, querendo as autoridades metropolitanas de transporte “e agora dou-te uma boa maquia mas depois assumes tu tudo isso”. Referiu que não estava previsto que as comunidades intermunicipais pudessem vir a ser essas entidades. ----

----- Indicou o seu sentido de voto como desfavorável, por razões de forma, e disse que a Câmara passa a sua responsabilidade na área transportes para a CIMLT, depois na área da manutenção dos elevadores, entre outras, e em seu entender um destes dias levanta-se a questão sobre as competências que ficam nas Câmaras Municipais. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio questionando o Vereador Augusto Figueiredo se em contrapartida se devem receber competências nas áreas da educação, da saúde e da cultura. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que descentralização é diferente de desconcentração, questionando quanto é que a Câmara paga a mais dos transportes que lhe foram delegados na base de um rácio, e referiu que agora se paga oitenta por cento daquilo que era da competência do Ministério da Educação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondeu referindo que não se está a falar de descentralização, mas de transportes públicos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu estes contratos relativos a transportes públicos ainda são piores que os contratos de descentralização. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu não ser competência da Câmara Municipal fiscalizar as rodoviárias e os transportes intermunicipais, e frisou que se estava a falar das carreiras que fazem a ligação entre concelhos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Concluiu referindo que este é um processo de desresponsabilização, e que a CIMLT não vai ter condições para o seu exercício, tendo a convicção que para umas coisas a proximidade é uma mais-valia e para outras não tanto e o legislador quando atribui essa competência é porque reconhece na autarquia essa capacidade. Referiu ainda que a CIMLT não tem voto democrático direto e acontecendo o mesmo que está a acontecer com a economia de escala. Mencionou ainda que a escala tem permitido que o comércio local e as capacidades instaladas em Portugal, não concorram ao fornecimento de refeições nem para a área da fiscalização, é tudo “estrangeiro” sendo esse um contributo que não quer dar para o desenvolvimento da região do Ribatejo. ---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei favoravelmente porque no aspeto em análise ele ultrapassa a escala Municipal e no meu entender há toda a vantagem numa escala maior porque não passa pela cabeça haver capacidade de em Rio Maior, uma empresa de transportes de Rio Maior, conseguir resolver este tipo de problemas” -----

----- **Ponto XVII – CONCURSO PÚBLICO – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o Relatório Final do concurso público em apreço, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento em cumprimento do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, adjudicar a referida empreitada às empresas que apresentam as propostas de mais baixo preço, nos termos constantes no supracitado relatório final. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor com base no princípio de ser o mais barato e pelas recomendações que foram dadas que considerei pertinentes”.-----

----- **Ponto XVIII – DONATIVOS EM ESPÉCIE - EMPRESA LUSICAL AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação

em apreço e nos termos da alínea j) do Nº 1 do artigo 33.º da Lei Nº 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- Sobre esta empresa, que não é do concelho, considerou que a mesma deve ser lembrada no “6 de novembro”, até porque por vezes são homenageados alguns que nem conhecia. -----

----- Sugeriu que se reconheça o exemplo desta empresa que está sempre disponível para colaborar com a autarquia, esperando que sirva de exemplo, a outras empresas, de outros concelhos, que trabalham com o Município e mencionou que esta, sem nenhum interesse particular possível de identificar, continua a servir não só a Câmara, mas também as Juntas de Freguesia e coletividades. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Augusto Figueiredo disse ser contemporâneo do início da colaboração da Lusical com a Câmara de Rio Maior, recordando um aspeto muito importante ou seja a ligação afetiva existente entre o Engenheiro João Barra, infelizmente falecido, e os serviços técnicos da Câmara Municipal de Rio Maior, e reconhece toda a colaboração da empresa com o Município de Rio Maior e com as Freguesias do Município de Rio Maior. Opinou que num próximo feriado do “6 de novembro”, deve ser colocada a hipótese de se homenagear a empresa. Relembrou que houve alturas em que o Município de Rio Maior apenas conseguia disponibilizar às Freguesias o transporte dos detritos, por vezes de muita qualidade doados pela Lusical e isso ajudou muito, e a gratidão fica sempre bem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Declaro que votei a favor não só pela importância financeira do contributo, mas pela importância duma permanente e sistemática colaboração ao longo de décadas para com o Município, as Freguesias e para com o concelho. Que fique anotado a possibilidade de vir a homenagear de forma direta e institucional a empresa Lusical. Não vejo com maus olhos a possibilidade no próximo já não seremos com certeza nós que a prática de os nomeados e os condecorados no “6 de novembro” seja mais alargada no pedido de sugestões às Vereações”. -----

----- **Ponto XIX – ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2016/2017** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, apoiar os alunos na atribuição de suplemento alimentar (lanches), conforme indicado pelos Agrupamentos de Escolas e de acordo com o parecer emitido pelos serviços de Ação Social do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre este assunto informou o Vereador Augusto Figueiredo de que foi tudo articulado com os Agrupamentos de Escolas e com os serviços de Ação Social sendo um pequeno apoio que a Câmara disponibiliza. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- Congratulou-se com esta medida por parte da autarquia porque permite que as crianças mais carenciadas possam ter um lanche, para além da refeição institucional. Sugeriu que se refletisse também sobre os números que a Vereadora Ana Figueiredo e o Serviço de Ação Social e Educativa têm vindo a apresentar relativamente à importância do reforço na participação e disse que há muita miséria escondida no concelho. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto XX – ZUCOTEC-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, LDA – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO NORDESTE DO CONCELHO – FRÁGUAS – NOTIFICAÇÃO PARA APREENSÃO DE GARANTIA BANCÁRIA NAS CONTAS DA MASSA INSOLVENTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos do parecer jurídico em emitidos: -----

----- Efetivar a apreensão notificada à Câmara Municipal pelo Administrador de Insolvência da Sociedade Zucotec, Lda., bem como, proceder ao depósito na conta bancária da massa insolvente das quantias retidas a título de reforço da caução no montante de € 47.282,62€, e proceder à liberação da respetiva caução no montante de € 47.952,99€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para solicitar um esclarecimento mais aprofundado sobre este procedimento. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre esta matéria deu várias informações, nomeadamente que foi a empresa Zucotec que construiu o Centro Escolar das Fráguas. -----

----- Tratava-se de uma empresa dependente da Zucotec Alemã e que apesar de trabalharem com muita qualidade tiveram sempre alguns problemas em Portugal. -----

----- Aditou que a empresa entrou em insolvência e como tal há sempre pequenas questões a refazer e esta é uma forma de a Autarquia poder vir a ser ressarcida. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável, porque ficara esclarecido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto XXI – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2016/2017 – LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS À RENOVAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a lista definitiva de candidatos às Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior, ano letivo 2016/2017 (renovação), com base no exposto na informação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- No uso da palavra opinou que em boa altura a Câmara Municipal de Rio Maior aderiu a este processo da atribuição de bolsas aos alunos do ensino superior e referiu que a atribuição das bolsas deve ser em tempo oportuno. Solicitou que os processos sejam céleres dado a importância das bolsas para os alunos e que o cumprimento rigoroso dos prazos seja um objetivo conseguido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto XXII – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2016/2017 – ABERTURA DO PERÍODO DE CANDIDATURA PARA NOVAS ATRIBUIÇÕES – PRAZO PARA APRECIACÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida: -----

----- Que o período de candidatura para novas atribuições decorra entre os dias 25 de janeiro e 17 de fevereiro de 2017; -----

----- Que a Comissão de Análise inicie os procedimentos de apreciação das candidaturas rececionadas, no prazo limite de quinze dias, subsequentes ao término do período de candidatura acima mencionado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre este ponto solicitou esclarecimentos sobre a razão destes processos não decorrem no primeiro trimestre, solicitando esclarecimento.-----

----- **CHEFE DA DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA EDUCAÇÃO CULTURA E**

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO -----

----- Esclareceu que os prazos estavam interligados com as inscrições dos alunos nas Escolas Superiores e nos Institutos Politécnicos. Informou ainda que o Regulamento remete para a Câmara, mas é a Câmara que aprova os prazos. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Recordou que o Regulamento não é recente e na atualidade no mês de setembro já está disponível a lista dos alunos colocados na primeira fase do ensino superior, significando que há noventa dias em que estes jovens têm mais dificuldades para frequentar a escola. Lembrou que neste momento nas universidades, o primeiro semestre está a encerrar. Terminou sugerindo que o processo esteja concluído no primeiro trimestre do ano. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto XXIII – MEDIDAS DE INCENTIVO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE FAMÍLIA NO CENTRO DE SAÚDE DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, e atendendo designadamente, ao previsto no Regulamento para Atribuição Excepcional de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Rio Maior, Aviso nº3018/2016, de 7 de março, atender ao requerimento apresentado pela médica de medicina geral e familiar, Sónia Cardoso e autorizar a despectiva despesa no valor total estimado de 1.350,00€. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Referiu que com este processo se encerrou um ciclo de apoio à fixação de médicos e lembrou que o Regulamento de atribuição excepcional à fixação de médicos em Rio Maior era para o ano económico de 2016. -----

----- Referiu que com esta proposta se encerra um ciclo de apoio e atribuição excepcional de incentivos à fixação de médicos em Rio Maior. Disse ainda que o Regulamento existente era para o ano económico de 2016. -----

----- Terminou referindo que o Município cumpriu com a sua responsabilidade e foi além das suas competências para resolver uma matéria de extrema importância. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Sobre este assunto afirmou que a CDU é contra o incentivo, porque se paga duas vezes. Mas face à situação que se vivia com uma política de que muitos não querem falar, mas que foi uma política de destruição e desmantelamento do serviço nacional de saúde ele próprio votou a favor dos apoios ficando até bastante feliz com os mesmos. Recordou que numa primeira fase foi dito a esta médica que não havia

incentivo e, ela entendeu isso como uma discriminação. Mencionou que não está tudo resolvido se tem vivido situações complicadas no Centro de Saúde de Rio Maior, nomeadamente estarem no Centro de Saúde de Rio Maior vinte e uma pessoas em espera às sete da manhã. -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que a Dr^a Sónia Cardoso está na USF do Centro de Saúde e também em S. João da Ribeira. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto XXIV – CONCURSO PÚBLICO Nº7/2016/CCE PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da proposta e informação emitidas: -----

----- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a Aquisição e Instalação de Equipamentos de Iluminação Pública, nos termos do Nº 2 do artigo 20.º e na alínea a) do Nº 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na al. dd) do Nº 1 do artigo 33.º da Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo II à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; -----

----- Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados; -----

----- Aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Ponto XXV – SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – CONTRATO Nº48/2010/P DE 24/11/2010 – PRORROGAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida e da informação prestada pelos serviços técnicos competentes, autorizar a prorrogação do contrato, pelo período de 2 (dois) anos, conforme previsto na sua cláusula 2ª (segunda). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta questão da SUMA referiu ser evidente que se torna necessário que este processo continue, uma vez que ele está adjudicado, apesar de o modelo de gestão da CDU não ser este. Mencionou que existem alguns aspetos que precisam de melhorias significativas, nomeadamente quanto ao nível da Saúde Pública à limpeza e lavagem dos contentores. Deveria haver fiscalização que acompanhasse e registasse as respetivas limpezas, porque há pessoas que se queixam que não há lavagens e com o calor agudiza-se o problema das bactérias e dos vírus que andam no ar. Disse ainda que as freguesias rurais que passaram a ter recolhas uma ou duas vezes por semana provoca o acumular de muito lixo e os contentores ficam completamente cheios. Ressalvou que, apesar dos serviços prestados pela SUMA terem melhorado, ainda há muito por resolver e para melhorar. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que se tem feito uma boa gestão, e considerando importante que a Câmara fizesse uma campanha ambiental de uma forma sustentável.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que dado tratar-se de uma proposta de renovação e com o que está previsto, deveria ter agregado um relatório sobre a atividade desenvolvida. Referiu que sabe da existência de um relatório que deveria ser dado a conhecer à Câmara, assim como a proposta deveria ter agregado um anexo onde fosse mencionado tudo o que foi feito e renovado. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que a SUMA cobrava ao Município de Rio Maior com base na qualidade-preço. Disse que houve uma negociação conseguindo-se reduzir o preço. Disse ainda exemplificando que isto teve impacto na diminuição do número de circuitos, numa diminuição do número de lavagens dos contentores, mas tudo se foi reajustando. Em sua opinião efetivamente a SUMA nos últimos dois anos tem vindo a prestar um bom serviço e melhorou substancialmente embora a empresa se tenha ressentido um pouco quando teve de fazer uma reestruturação interna dos encarregados. Referiu as várias reuniões com a SUMA no sentido de melhorar o serviço prestado. -----

----- Relativamente à limpeza dos contentores referiu que mesmo que os contentores fossem limpos diariamente os maus cheiros continuavam a existir porque tudo o que se possa imaginar vai parar ao contentor do lixo sem estar devidamente acondicionado. -----

----- Informou que a SUMA tem vindo a aumentar substancialmente a renovação do parque de contentores, recordando que nos termos da lei os contentores devem estar afastados cem metros, sendo essa a razão de cerca de setenta por cento dos pedidos serem rejeitados. -----

----- Terminou referindo que quando chega o período de verão há dezenas de contentores pequenos que desaparecem, mas segundo informação que dispõe a SUMA tem procedido à sua renovação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio, referindo concordar com o que fora dito pelo Vice-Presidente e salientou a possibilidade de prorrogação por mais dois anos do referente contrato. ----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto XXVI – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o presente assunto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto XXVII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA 2017 - MAPA FINANCEIRO REFERENTE À EXECUÇÃO DOS ACORDOS E DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS/UNIÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR;** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do Nº 3 da cláusula 3.ª do Acordo de Execução e do Nº 2 da cláusula 6ª do Contrato interadministrativo, aprovadas pela Assembleia Municipal em 26 de setembro de 2015, deliberou autorizar a alteração ao Mapa financeiro referente à transferência dos recursos financeiros destinados à execução dos respetivos acordos e contratos celebrados com as Juntas/União de Freguesias do Concelho de Rio Maior, para o ano de 2017, conforme mapa em anexo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria disse que as Juntas de Freguesia já podem receber por duodécimos, no final deste mês. Disse também que não podia deixar de referir relativamente aos montantes que se está em período eleitoral, e propôs uma análise dos gráficos com os valores transferidos para as freguesias e considerou que as freguesias podem e têm capacidade para realizar mais. Disse que lhe compete defender as freguesias. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Referiu que é importante que a Câmara tenha recursos e disponibilidade de fazer estas transferências para as juntas. Considerou que mais importante do que as transferências para as Juntas de Freguesia são os investimentos que se fazem em cada uma destas freguesias e, obviamente que o executivo verá se a melhor forma é transferir diretamente, ou a Câmara adjudicar a obra, porque o objetivo são os beneficiários e as populações terem o investimento o mais rapidamente possível. Seguidamente congratulou-se com transferências para as Juntas de Freguesia, mas também gostaria que quando a Câmara faz as transferências e delega responsabilidades, também exercesse vigilância de forma que não aconteça o que aconteceu, na estrada dos Quintinos onde foi investimento público em lancil de primeira qualidade e não resultou da melhor forma e são verbas públicas. Portanto considerou que o dinheiro deve ir para as freguesias, mas previamente deve verificar-se quais as que têm condições para gastar o dinheiro e os serviços técnicos, devem verificar se tecnicamente é recomendável zelando assim pelos benefícios e pela gestão da “coisa pública”. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre este assunto recordou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira o contactara e ao Engenheiro Ricardo para os serviços fazerem um levantamento topográfico no local para implantar o passeio e fora devidamente informado que a Câmara só iria dar o alinhamento do passeio depois de haver acordo com os proprietários, para o alargar a berma. Aditou que a Câmara Municipal só soube que o passeio estava a ser feito quando o assunto foi abordado em Reunião de Câmara pelo Vereador Carlos Nazaré. Assim, considera que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade naquela obra dado que apenas soube da mesma após a sua execução e não fez o seu acompanhamento. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a esta questão sugeriu a que uma das próximas reuniões do executivo se realizasse na freguesia de Asseiceira para perceber o que compete à Câmara e o que compete à Junta de Freguesia. Afirmou que, tem que haver responsabilidade partilhada, porque o atual executivo da Junta de Freguesia de Asseiceira teve reuniões até ao fim do mês de outubro com o Dr. Henrique Granada por causa dos processos de expropriação, possíveis ou não, que acabaram por não ser necessários. Disse ser possível do ponto de vista da gestão partilhada melhorar significativamente o relacionamento entre técnicos, autarcas e órgão executivo da Câmara e da freguesia. Referiu ainda que tudo se vai fazer de forma a salvaguardar o

interesse público e o que estiver mal no passeio tentar-se-á corrigir. Disse ainda que para a área do passeio com menos de um metro terá de se encontrar uma solução técnica adequada e afirmando que estão sempre do lado da solução e não do problema.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra saudou o que o colega acabou de dizer, mas há uma coisa que corresponde há verdade, é que a Câmara só pode dar apoio técnico e acompanhar as obras quando é informada que as obras se vão iniciar ou realizar lamentou o que lá está feito.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Este voto de abstenção é político no sentido de que a Câmara tem hoje condições como nunca teve até agora de aumentar as responsabilidades para com as freguesias esperava um bocadinho mais a outros níveis que já o teve daí o sinal político”.-----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque este ponto corresponde aquilo que efetivamente o Município tem condições de transferir cumprindo com o pagamento em duodécimos. Lamento que não tenha sido aprovado por unanimidade”.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e quarenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORATÉCNICA: _____